



PREVIDÊNCIA

em questão

Regimes Próprios investem em programas de qualificação para garantir excelência na gestão de recursos

Patrimônio do setor cresceu mais de 50% em dois anos

Os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) estão sob processo intenso de profissionalização de seus dirigentes, cumprindo um programa de modernização e qualificação que será concluído até o final de 2009. Até dezembro deste ano, todos os 1.562 RPPS municipais e estaduais que têm recursos aplicados no mercado financeiro terão de comprovar junto ao Ministério da Previdência Social (MPS) que os administradores dos recursos desses planos obtiveram certificação na área de gestão de recursos previdenciários.

A exigência está sendo implantada gradativamente, em três etapas. Em dezembro do ano passado, a certificação tornou-se obrigatória para os 22 RPPS estaduais capitalizados. Em 1º de julho deste ano, um grupo de 269 RPPS municipais com patrimônio de R\$ 10 milhões ou mais, cada, passou a ter a obrigação de apresentar ao MPS os certificados de qualificação de seus dirigentes. Nesse grupo, 140 já atenderam a exigência. O dia 31 de dezembro de 2009 é a data limite para os demais RPPS municipais se adequarem à nova regra. A maior parte dos planos optou pela Certificação Profissional da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid) Série 10, a "CPA-10", mas são aceitos certificados equivalentes.

Os planos de previdência integrantes do RPPS que deixarem de apresentar a certificação de pelo menos um de seus gestores correm o risco de não obter a renovação do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), concedido pelo MPS. O município que tiver o seu plano do RPPS sem certificado não poderá receber recursos das transferências voluntárias de recursos da União.

A qualificação dos gestores tornou-se indispensável perante o rápido crescimento do setor, explica o secretário de Políticas de Previdência Social do MPS, Helmut Schwarzer. No final de 2006, os RPPS tinham R\$ 25,1 bilhões em recursos investidos no mercado. No final de 2008, esse patrimônio tinha saltado para R\$ 37,5 bilhões, ou seja, houve um crescimento de praticamente 50% no total de investimentos em dois anos.

Dados preliminares do MPS indicam que o patrimônio dos planos enquadrados no sistema de RPPS cresceu ainda mais em 2009, mesmo em meio à

crise financeira internacional, atingindo a marca de R\$ 40 bilhões até junho. Isso significa um crescimento de mais 7% somente este ano. Parcela de mais de 98% dos recursos é aplicada em renda fixa, um tipo conservador de investimento.

Esse estoque de recursos investidos é a "poupança" previdenciária dos Estados e municípios que têm seus regimes próprios de proteção social, representando a fonte que vai abastecer o pagamento de aposentadorias e pensões de servidores públicos no futuro.

Além da exigência de certificação dos dirigentes, outro passo na profissionalização da gestão no setor é a criação do curso de pós-graduação em Gestão de Regimes Próprios de Previdência Social, com aulas a partir de julho. O curso é voltado a servidores, consultores de RPPS, advogados, sindicalistas, gestores, assessores previdenciários. A iniciativa é da Fundação

A Evolução dos Regimes Próprios

	2006	2007	2008
Resultado operacional (R\$)			
Receitas	51.669.491	60.523.549	68.728.266
Despesas	54.388.809	57.347.501	65.006.373
Saldo	(2.719.318)	3.176.048	3.721.894
Investimentos (R\$)			
Renda fixa	25.100.785.683,43	31.590.187.912,20	36.939.701.861,92
Renda variável	49.522.906,41	558.081.584,22	531.572.027,20
Total	25.150.308.589,84	32.148.269.496,42	37.471.273.889,12
Público atendido			
Ativos	4.674.828	4.778.351	4.974.814
Inativos	1.532.680	1.448.155	1.587.802
Pensionistas	605.409	493.853	605.128

Fonte: SPS - Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público
Coordenadoria-Geral de Estudos Técnicos, Estatísticas e Informações Gerenciais - CGEEI

de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco (Funape), em convênio com o Centro Brasileiro de Estudos Previdenciários (CBEP) e a Universidade Candido Mendes (UCAM). "Capacitação nunca é demais", diz Helmut Schwarzer.

O secretário avalia que estas novas ações, colocadas em prática este ano, estão formando um mercado de trabalho específico para gestores de recursos dos RPPS. "Essas medidas vão transformar os RPPS em instrumentos de políticas de Estado, não de governo, diminuindo a vulnerabilidade do setor frente aos ciclos políticos", afirma.

Com patrimônio de R\$ 40 bilhões, RPPS dão cobertura a 20 milhões de pessoas

Com patrimônio total avaliado em R\$ 40 bilhões, os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) completam em 2009 onze anos de existência. Há um total de 1.906 planos de previdência dos servidores públicos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, mas somente 1.562 estão em funcionamento, com ativos no mercado. Os demais recebem recursos dos tesouros municipais e estaduais para honrar os benefícios.

Os RPPS foram estruturados, no formato atual, a partir de 1998, com a Emenda Constitucional nº 20 e a Lei 9.717. Já a Emenda 41/2003 instituiu o caráter solidário aos regimes próprios, além do caráter contributivo e do equilíbrio atuarial, estabelecendo a participação de todos (ente público, servidores ativos, aposentados e pensionistas) para custear o sistema.

Atualmente, os regimes próprios oferecem proteção social aos servidores públicos efetivos, ou

seja, servidores de carreiras permanentes. Em 2008, os regimes instituídos em 1.852 municípios, 26 estados, 26 capitais, Distrito Federal e União somaram 9,280 milhões de pessoas diretamente cobertas. Desse total, 6,104 milhões são servidores ativos, 2,118 milhões são aposentados e 1,057 milhão, pensionistas. O número de protegidos pelos RPPS é de aproximadamente 20 milhões de pessoas direta e indiretamente, somando dependentes e familiares.

MPS atua para fortalecer os Regimes Próprios

Certificação profissional de dirigentes e técnicos dos RPPS, estabelecimento de regras para garantir a sustentabilidade dos regimes, renegociação de dívidas, atualização de normas, modernização e criação de mecanismos para garantir uma boa gestão. Essas foram as principais ações do Ministério da Previdência no campo da previdência dos servidores públicos nos últimos meses. Confira algumas iniciativas:

Novos critérios para emissão do CRP - Em julho de 2008, portaria do ministro redefiniu critérios para emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), documento que comprova que os Regimes Próprios de previdência social dos servidores seguem as normas de boa gestão, de forma a assegurar o pagamento dos benefícios aos seus segurados.

Sem o CRP regularizado, municípios e estados não podem celebrar acordos, contratos ou convênios com a União, nem esta fazer transferências voluntárias. Estendendo o impedimento para os financiamentos em instituições financeiras federais.

Novas regras para garantir a sustentabilidade - Avanços também ocorreram com a publi-

cação das portarias 402 e 403 que estabeleceram novas regras e organizaram outras, em vigor há uma década, mas carentes de atualização.

Os normativos oferecem aos Regimes Próprios de estados e municípios os instrumentos para sua melhor organização e funcionamento, além de criar parâmetros para que os planos de previdência dos servidores façam projeções de longo prazo e garantam a sustentabilidade do sistema.

Renegociação de dívidas - Em março de 2009, os municípios foram beneficiados com a possibilidade de parcelarem ou reparcelarem as dívidas de contribuições contraídas junto aos RPPS. A renegociação foi garantida com a publicação da Portaria 083, que altera as portarias 204 e 402.

Modernização - Os Regimes Próprios foram beneficiados ainda com as ações do Programa de Apoio à Reforma dos Sistemas Estaduais de Previdência (Parsep II), que visam modernizar tecnologicamente o sistema. Foi realizada licitação que está permitindo a compra de novos equipamentos de informática. O Distrito Federal e 16 estados firmaram parceria com o MPS para serem beneficiados.